



Primeiro-ministro ao "Die Welt"

Motivar o País para as eleições e descentralizar a administração

As principais tarefas do V Governo são a criação de «uma nova motivação» do interesse do País pela política, com vista às eleições intercalares, e a «descentralização da pesada máquina administrativa», segundo declarou ao jornal alemão «Die Welt» o primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo, numa entrevista sobre a actual situação portuguesa.

«Não creio que os Portugueses descreiam da sua democracia. Penso que a consideram capaz de vingar. As nossas instituições começam finalmente a funcionar. O problema é as pessoas reagirem com precipitação» — salientou por outro lado a primeira-ministra, ao responder a uma questão sobre o possível desinteresse dos cidadãos pela política em consequência das frequentes mudanças de Executivo.

Maria de Lurdes Pintasilgo reconhece que muitos portugueses estão cansados da instabilidade. «Todavia—acrescenta—, o seu interesse pode ser de novo motivado», recordando que «os eleitores nas primeiras eleições depois de Abril de 1974 deram provas de elevado sentido democrático pela sua participação exemplar nesse acto cívico».

Outra das tarefas do actual Governo é, na opinião da primeira-ministra, a «descentralização da pesada máquina administrativa», com vista a levar o cidadão individual a uma maior partici-

pação nas decisões da colectividade. A este respeito, Lurdes Pintasilgo reconhece que existe o receio dos escalões inferiores da administração de assumirem responsabilidades. «Isto significa para mim — e porque não reconhecê-lo? — que o meu Governo tem um dever pedagógico para com o aparelho de Estado. O que aconteceria se, por exemplo, eu pegasse em todos os assuntos pendentes que tenho sobre a minha secretária — coisas que um chefe de serviços poderia resolver — e os devolvesse novamente?»

Comentando as previsões para as intercalares, o primeiro-ministro é de opinião que, depois delas, «o quadro exterior poderia parecer o mesmo, mas é quase certo que novos elementos surgirão». E, em função desses elementos, o Presidente da República poderá rever o quadro de exigências que tem feito ao Parlamento para a formação de governos, designadamente a existência de «uma maioria estável».

Interrogada sobre o «compromisso histórico», Maria de Lurdes Pintasilgo considera-o inaplicável em Portugal. Efectivamente, «a situação italiana é completamente diversa, bem como o fundo histórico, o temperamento e o modo de vida dos Portugueses».

Quanto à economia do País, a primeira-ministra considera que o fundamental não é a eliminação do défice da balança de pagamentos, atribuindo antes

a primazia ao desenvolvimento a médio prazo. «O que falta — disse — é uma linha mestra de política industrial, a opção entre indústria pesada e indústria ligeira».

Na opinião de Lurdes Pintasilgo, Portugal foi levado, no passado, a reproduzir indiscriminadamente o que era fabricado noutros países. «A tarefa do meu Governo e dos governos seguintes será, portanto, a de nos debrucarmos sobre as necessidades do mercado interno e de nos concentrarmos na cooperação com a CEE e perguntarmos-nos: o que precisamos nós da Europa e o que é que a Europa precisa de nós?».

Finalmente, o primeiro-ministro comentou a situação agrária portuguesa, considerando que «os nossos dirigentes políticos há muito que esbarram com este tema. Em última análise, só um quinto da nossa produção provém da zona da Reforma Agrária e, por sua vez, a produção nacional cobre apenas 40 por cento das nossas necessidades. O problema da nossa agricultura ultramarina em muito a questão da Reforma Agrária. Quando soubermos o que queremos cultivar, teremos então que despertar o interesse da nossa população em especial os numerosos pequenos agricultores do Norte, para um trabalho conjunto em cooperativas. Porque vaca e meia por família de camponeses é, verdadeiramente, muito pouco».